

---

# CULTURA E POLÍTICA

---

## NA ARGENTINA:

---

### A RECONSTRUÇÃO

---

### DA DEMOCRACIA

---

Redigido em março de 1985.



---

Néstor García Canclini  
*Tradução: Maria Lúcia Montes*

A meu pai

Em muitas conversas com os que retornaram do exílio, aparece um mesmo raciocínio: "A situação econômica argentina é ruim, mas sinto falta da cultura daqui"; "é difícil achar um bom emprego, mas esta é a cultura a que estou acostumado e aqui quero educar meus filhos". Muitos dos que não saíram da Argentina nestes anos, apesar de terem sido perseguidos, explicam pelas mesmas razões por que ficaram. Contudo, tanto os que ficaram bem como os que retornaram afirmam igualmente que "o país mudou". Não se referem apenas ao aumento alucinante da inflação, à crise econômica e política interminável; falam também dos efeitos disso tudo sobre a cultura cotidiana, sobre a maneira de se viver.

É curioso que estas mudanças culturais quase não tenham merecido mais

análise que a de algumas revistas e notas jornalísticas. Enquanto nos últimos anos se escreveu um grande número de livros e artigos sobre a situação política e econômica argentina, são muito poucos os textos que revelam uma pesquisa ou uma reflexão sistemática sobre as recentes mudanças culturais. Estamos entendendo por cultura não só o mundo dos livros e das belas artes, mas também o conjunto de processos simbólicos através dos quais se compreende, se reproduz e se transforma a estrutura social. Inclui, portanto, todos os processos de produção de sentido e significação, os mecanismos ideológicos com que se elabora o consenso, as formas particulares que tem um grupo de viver e pensar o cotidiano.

É possível falar de cultura argentina, no singular? Sabemos que esta expressão

não pode designar um sistema cultural único, mas a diversidade, e às vezes a combinação conflitiva, de regiões, classes e grupos diferentes. Entretanto, mais que nos deter no debate antropológico sobre a heterogeneidade de tendências e as maneiras em que coexistem, queremos dar por assentada, provisoriamente, a existência de uma história comum, e perguntar-nos em que consiste a mudança. Por outro lado, para desanimar os que ainda buscam metafisicamente a peculiaridade de um suposto "ser argentino", digamos que as transformações recentes não se diferenciam muito das de outros países que nos últimos anos sofreram os efeitos das ditaduras e da reorganização da sociedade impulsionada pelo monetarismo, especialmente no Cone Sul. Nossa tese mais geral é a de que as mudanças culturais mais importantes derivam precisamente destes dois fatores: a ditadura militar e o reordenamento econômico, político e da vida diária imposto pelo neoconservadorismo.

### 1. Acabou a ditadura?

Costuma-se associar o governo militar, que se estendeu de 24 de março de 1976 a 10 de dezembro de 1983, com alguns efeitos culturais amplamente difundidos: censura à imprensa, à televisão e ao rádio, a todas as artes e todos os campos da produção intelectual, exílio maciço de cientistas, técnicos e profissionais de outros setores, perseguição de pessoas e instituições. Os que passaram da denúncia à análise foram registrando outras consequências. Um dos maiores escândalos é que o país que até os anos 60 tinha o mais baixo índice de analfabetismo da América Latina (só reduzido nesta década por Cuba) tenha alcançado altas porcentagens de evasão escolar: apesar da insegurança das cifras, em muitas províncias superaria a taxa de 50%. As revistas nacionais de circulação geral baixaram de 122 milhões de exemplares em 1973 para 82 milhões em 1979. Quanto aos livros, em 1975 a Argentina editava 21 milhões, número este que em 1980 caiu para 2.700.000<sup>1</sup>.

Sob vários desses aspectos, a situação mudou a partir da ascensão do novo governo constitucional. Em primeiro lugar, a perseguição, a prisão e o assassinato deixaram de constituir as políticas com que o Estado encara o protesto e a dis-

sidência. Houve centenas de episódios de violência política no primeiro ano do atual regime civil, que expressam as dificuldades de muitos grupos em dirimir seus confrontos através de mediações políticas e a sobrevivência de facções paramilitares e parapolíciais. Mas o terror deixou de ser o condicionamento principal da cultura cotidiana, o que determinava a maneira de falar, de se relacionar com os outros, de se relacionar com a vida e com a morte: quando as organizações de defesa dos direitos humanos cantavam "vai acabar, vai acabar este costume de matar", assinalavam até que ponto o terror, os desaparecimentos, os homicídios tinham chegado a se converter em costume, um modo diário de "fazer política", de viver.

A censura foi quase totalmente suprimida. Continuam a existir controles alfandegários e internos (por exemplo, leis que proíbem a circulação pelo correio ou em meios de massa de publicações que qualquer funcionário pode considerar "subversivas"); também podemos citar infinitos casos de exclusões ideológicas em bibliografias universitárias e nos meios de comunicação de massa, mas podem ser atribuídos menos a restrições oficiais que à autocensura e à competição entre os profissionais que foram atuantes durante a ditadura e aqueles que procuram substituí-los. No entanto, a deterioração econômica da população e o desmantelamento das instituições escolares, da infra-estrutura cultural e científica (bibliotecas, laboratórios etc.), terá conseqüências por muitos anos. Vários autores escreveram sobre os efeitos mediatos do terror, sobre a autocensura ou, como outra face da mesma moeda, as formas frívolas do "desbunde", o sensacionalismo sexual e político com que alguns meios, especialmente as revistas que colaboraram com a ditadura, tratam de prolongar sua atuação no papel de protagonistas na sociedade civil. Antes, a proscrição dos partidos políticos e de qualquer tipo de organização popular lhes havia dado o caráter de porta-vozes e formadores de opinião; agora, recorrem às técnicas da imprensa marrom para manter a imagem de que dizem o que ninguém fala, para que seu negócio não entre em decadência.

É preciso insistir sobre outra característica deste período, que foi apenas mencionada. Embora os que exerceram uma política policial sobre a cultura não dis-

**"Ser argentino":  
é quase igual,  
por toda parte**

**O "desbunde":  
a cultura da  
ditadura**

<sup>1</sup> Cifras do Instituto Nacional de Estatística e Censos. Apud Oscar Landi, "Cultura y política en la transición democrática", in O. Oszlak e outros, *Proceso, crisis y transición democrática*/1, Buenos Aires, CEDAL, 1984, pp. 110-111.

ponham do uso discricionário do poder estatal, como no governo militar, seus grupos de pressão e de choque não foram desarmados e continuam em ação sob o impulso de setores de extrema-direita. Ameaçam de morte autoridades, professores universitários, sindicalistas e escritores, impedem atos culturais com bombas e agressões físicas, utilizam-se da autoridade do púlpito para combater simultaneamente o liberalismo na informação ou nas artes e a vida democrática. Em uma missa organizada em fins de 1984 pela FAMUS (Familiares de mortos pela subversão), da qual participaram civis e militares, o capelão castrense que a celebrava, Trivinos, criticou "a democracia pornográfica" e incitou a "tomar as armas espirituais e materiais" para combatê-la.

Queremos nos deter em algumas conseqüências implícitas deste tipo de atos, que não se relacionam tanto — ou somente — com a política repressiva, quanto com o reordenamento sócio-econômico que essa política tornou possível. Se compararmos a situação atual com a anterior ao governo militar, uma primeira observação é que o monetarismo produziu sérios retrocessos culturais e ideológicos com relação a alguns avanços culturais dos anos 60. Nesse período, quase toda a América Latina viveu um processo de modernização e expansão econômica: crescimento da produção industrial e do mercado interno, ampliação do consumo que se estendeu a novas camadas sociais. No domínio cultural, cresceu o ingresso na educação superior, houve um rápido desenvolvimento das ciências sociais e das vanguardas artísticas, incorporaram-se novas tecnologias à produção e difusão culturais (entre outras, a TV). Embora não se eliminassem as desigualdades tradicionais no acesso à cultura, sua circulação foi ampliada e seus conteúdos democratizados. Na década de 70 e nos primeiros anos da seguinte, o avanço sócio-político dos movimentos populares foi acompanhado por grupos de intelectuais e artistas que conseguiram vincular seus trabalhos às necessidades das classes subalternas.

## 2. A crise internacional e a política neoconservadora

Em meados dos anos 70, a crise econômica internacional e as dificuldades

internas dos processos políticos democráticos foram afogando as expectativas desenvolvimentistas ou socializantes do período anterior. Para sair da crise, as correntes neoconservadoras se prontificaram a reorganizar o modelo de acumulação, eliminar as áreas ineficientes do capital (as estatais e as empresas privadas mais fracas) e buscar uma recuperação da taxa de lucro mediante a concentração monopólica da produção e sua adequação ao capital financeiro transnacional. Os processos de trabalho foram reestruturados, cortaram-se gastos com pessoal, eliminaram-se conquistas trabalhistas e os salários foram reduzidos em relação ao custo de vida. Simultaneamente, de vez em quando restringiram-se os gastos públicos em serviços sociais, entre os quais se contava o financiamento de programas educativos e culturais. Os investimentos em pesquisa científica e cultural foram mutilados, sobretudo quando não davam resultados imediatamente utilizáveis para o desenvolvimento tecnológico nas áreas consideradas prioritárias pela política monetarista.

A Argentina foi um dos países onde a aplicação deste programa e o disciplinamento da vida social necessário ao seu cumprimento exigiram a ação repressiva dos militares (durante o governo de Isabel Perón) e, em seguida, a usurpação direta do poder civil para desenvolver um reordenamento integral da sociedade. Os golpes militares clássicos não implicavam uma transformação tão minuciosa da vida cotidiana, mas desde o golpe brasileiro de 1964 eles procuram reorganizar todos os espaços, da moral familiar às instituições políticas, de comunicação ou acadêmicas. Os militares estenderam suas funções de um modo quase gramsciano: sabiam que, se quisessem controlar a reestruturação do sistema, não bastava ocupar o palácio do governo; era preciso encerrar a autonomia e o jogo plural nas escolas e nas editoras, na imprensa e na TV, em todas as instâncias de elaboração ideológica e de mediação política.

O neoconservadorismo tentou reconstruir o consenso ideológico, fundar uma nova ordem e uma nova hegemonia. As mudanças econômicas foram combinadas com uma política cultural destinada a beneficiar as ações empresariais na cultura, diminuir as do Estado e controlar as iniciativas populares. Uma nova proposta de organização social e cultural

**O golpe de 1964 no Brasil, um modelo totalitário de reorganização social. Sabemos disso?**

pretendeu ocupar o espaço deixado semi-vazio pela crise dos projetos oligárquicos — que deram origem à cultura liberal de elites —, dos projetos populistas — que reivindicaram política e ideologicamente os setores populares — e dos projetos socialistas dos anos 60 e 70 — que tentaram fundar uma nova cultura política centrada nas lutas revolucionárias.

O discurso militar disse que se propunha a realizar uma "mudança de mentalidade" dos argentinos, uma "reculturização" global da sociedade. Para isso, observa Landi, mudou-se o sistema de interpelações ideológicas através das quais a maioria da população se identificava e se reconhecia. Enquanto a história política do país havia acostumado as pessoas e os grupos a se constituírem em torno de discursos que os convocavam como "cidadãos" ou "companheiros", no último decênio o discurso mercantil os interpela enquanto "consumidores", "poupadores" ou "investidores"; a repressão anulou os mecanismos de agrupamento, mobilização e cooperação coletiva, tratou de reduzir a participação à inserção particular de cada indivíduo nos benefícios do consumo e da especulação financeira<sup>2</sup>.

Esta mudança nos discursos foi sustentada por uma monetarização, privatização e transnacionalização das relações culturais. Quando se reduziu o gasto público em educação e cultura, bem como o emprego e o salário, a oferta e a procura dos bens culturais de consumo coletivo se empobreceram. O espaço abandonado pelo investimento estatal em educação e cultura foi ocupado pela produção e apropriação privada dos bens simbólicos. As empresas passaram a intervir de maneira crescente no financiamento e na orientação da educação e em atividades culturais que antes se mantinham unicamente com fundos públicos. Um sintoma do alcance desta substituição do Estado pela iniciativa privada pode ser visto na quantidade de empresas industriais e comerciais convertidas em "mecenas" de atividades artísticas de todo tipo. A tal ponto que, em novembro de 1984, criou-se em Buenos Aires uma entidade formada principalmente por transnacionais (American Express, Diners Cards, Ford Motor Argentina e vários laboratórios farmacêuticos e indústrias de tabaco), com o propósito de ampliar e organizar a participação empresarial no desenvolvimento da cultura. Alegam como

antecedente a fundação promovida pela família Rockefeller, vangloriam-se de constituir o primeiro organismo desse gênero na América Latina e seu descaçamento leva-os a instituir, como tarefas iniciais, um prêmio anual para o patrocínio empresarial das artes e um projeto de redução compulsória dos impostos<sup>3</sup>.

Certamente, seus únicos objetivos não consistem no auto-elogio e no alívio da carga tributária. Mediante estas ações de mecenas, as empresas que são as principais responsáveis pela transnacionalização da cultura cotidiana e pela massificação do consumo se convertem em defensoras da "liberdade de criação" e da "qualidade de vida". De passagem, reorientam a produção artística e cultural, que estava demasiado politizada, para a concorrência individual e os jogos lúdicos do pós-modernismo, essa tendência filosófica e estética que — como analisou Habermas — trata de expurgar a arte contemporânea de seus componentes rebeldes e utópicos para enclausurá-la na esfera privada<sup>4</sup>. Procuram desvincular as práticas culturais da luta social e estabelecer um novo mercado simbólico, no qual os critérios de seleção e consagração, o reconhecimento estético e econômico se articulem mais com as variações internacionais das vanguardas que com as necessidades sociais do próprio país.

### 3. A sociedade civil: resistência e recomodação

Uma questão central para a pesquisa desta última década consiste em saber em que medida tiveram êxito estas políticas culturais da ditadura e do monetarismo. Diferentemente do Chile, onde vários centros de pesquisa estudaram a recepção e a ressemantização das mensagens e ações da ditadura por parte dos setores populares<sup>5</sup>, da Argentina se sabe muito pouco. Landi explica, no artigo citado, que a manipulação informativa oficial e o controle dos meios de comunicação, apesar de sua enorme influência, foram relativizados por outras iniciativas da sociedade civil. Entre as táticas dos setores populares que reduziram a eficácia da dominação cultural, analisa a renovação da memória política individual e coletiva, a leitura nas entrelinhas dos jornais, a tenacidade de instituições marginalizadas ou proibidas e o aparecimento de novos comunicadores, "cujo exemplo mais con-

<sup>3</sup> "Empresas convertidas en mecenas culturales", *Clarín*. Buenos Aires, 12/11/1984. p. 42.

## No lugar da identidade cidadã, o individualismo do consumidor

## A produção e apropriação privada dos bens simbólicos, a outra face do monetarismo

<sup>4</sup> Jürgen Habermas, "La modernidad inconclusa", *El viejo topo*, 62, novembro 1981, pp. 45-50.

<sup>2</sup> O. Landi, *op cit.*, p. 109.

## Práticas culturais sem lutas sociais: o mecenato das empresas

<sup>5</sup> Cf., entre outros, os textos de José Joaquín Brunner e Norbert Lechner, da FLAC-SO, e os de Giselle Muni-zaga e Paulina Gutiérrez, do CENECA.

tudente foi dado pelos soldados que voltaram das Malvinas, e que em milhares de circuitos microdesarticularam a rápida manobra dos meios de comunicação, particularmente da televisão, que reduziam o problema da guerra à desigualdade tecnológica entre os dois bandos militares"<sup>6</sup>.

No entanto, a leitura de um espectro bastante diversificado de diários, revistas e órgãos de opinião publicados nos dois últimos anos (desde que o enfraquecimento do poder militar tornou possível a crítica pública), bem como as posições dos partidos e sindicatos, fazem pensar que a remodelação efetuada pelos militares tem efeitos sobre a cultura política geral muito mais profundos que os que foram vistos, sob o terror, nos anos de ditadura.

Partamos desta pergunta: *em que tiveram êxito e em que fracassaram cultural e politicamente os militares?* São evidentes algumas frustrações: não terem conseguido constituir uma força política própria nem permanecer no governo por todo o tempo que se haviam proposto. Mas a importância que alguns sociólogos e políticos atribuem a estes fatos tem como pressuposto uma relação entre Estado e sociedade civil baseada em um consenso que se expresse através de organismos representativos. Esse pressuposto não é compartilhado pelos militares, nem por grande parte da burguesia e alguns setores médios.

Uma lista dos efeitos da ditadura e da política neoconservadora, que se prolongam para além do período de tempo que durou o governo militar, deveria incluir pelo menos os seguintes "êxitos":

a) Agravamento da dependência econômica, tecnológica e cultural e, portanto, redução das condições objetivas para o desenvolvimento de projetos independentes de transformação social;

b) Redução das expectativas de mudança política e sócio-econômica na maior parte da população, o que se expressa:

- no aumento de votos para os partidos de centro e a diminuição dos que propõem mudanças estruturais (poderíamos dizer que a concentração do eleitorado nos partidos radical e peronista manifestou que a única mudança estrutural desejada pela maioria foi o retorno ao regime democrático);

- na aceitação dos militares, da burguesia e do capital transnacional como forças que terão um papel permanente no futuro político, e com as quais sempre será necessário negociar; já não são os inimigos que a esquerda e grande parte do peronismo vislumbraram em outros tempos, mas os principais interlocutores;

c) Eliminação das bases materiais para os populismos distribucionistas. A busca de novas formas de consenso não se pode fazer com base em um melhoramento das condições sócio-econômicas das classes trabalhadoras devido à redução do produto interno e à dependência financeira. É possível outro tipo de governo populista que não seja uma demagogia nacionalista de direita, apoiada por sua vez no consenso e na repressão, como a que ensaiou implantar Galtieri durante a guerra das Malvinas?

d) Caracterização dos enfrentamentos básicos da sociedade sob a forma de oposição entre militares e civis em vez de conflitos entre classes;

e) Formação das Forças Armadas, mediante a experiência direta no aparelho estatal, para a administração das instituições civis, o que — juntamente com a manutenção do poder militar — facilita a sobrevivência relativa de suas funções no atual regime (embora esta ocupação do espaço civil tenha sido delimitada pelo novo governo, ao substituir alguns membros das Forças Armadas que desempenhavam cargos em empresas do Estado; é possível uma delimitação ainda maior se o governo aproveitar a agudização do desprestígio militar, que esperamos com o próximo julgamento público dos membros das juntas).

Certamente, há setores da população que não deram seu consentimento ao lugar conquistado pelos militares, nem ao deslocamento ideológico para o centro-direita que sua redefinição das regras do jogo conseguiu alcançar na cultura política da maioria. Tal é o caso das organizações de defesa dos direitos humanos e alguns partidos de esquerda. Mas seu caráter minoritário e a audiência limitada que encontram suas reivindicações não contradizem a tendência geral que descrevemos.

No entanto, estas mudanças devem ser vistas não só como a perda de bandeiras que em outras épocas tinham maior for-

<sup>6</sup>O. Landi, *op. cit.*, pp. 112-113.

**Um paradoxo:  
para libertar-se  
dos militares, a  
sociedade ficou  
menos audaz**

**A tendência  
geral para o  
centro-direita é  
uma vitória  
militar**

ça mobilizadora, mas também como a reavaliação de utopias voluntaristas e procedimentos políticos que se mostraram inconsistentes na Argentina e em outros países latino-americanos. Nesse sentido, poderíamos fazer uma lista também das contribuições da derrota:

a) Que os partidos de esquerda compreendam que os debates fundamentais não se travam em torno de diversas interpretações da ortodoxia (por exemplo, se a transição para o socialismo em nossos países deve seguir a via soviética, chinesa ou cubana), mas em torno de problemas tais como reorganizar a produção agrária e conseguir a acumulação necessária para ir construindo um desenvolvimento autônomo nas condições impostas pela dependência econômico-tecnológica e pela dívida externa;

b) Que para realizar mudanças, além das mobilizações de massa, dos protestos públicos e, quando necessário, das ações de força, é preciso um trabalho permanente, a longo prazo, nas instituições, nas relações sociais cotidianas, nos hábitos subjetivos;

c) Que devemos situar as mudanças sociais na complexidade das condições objetivas e nos tempos que essas condições impõem. (Nesse sentido, coincidimos com uma posição muito difundida na bibliografia política recente: que a luta básica nesta etapa é pela democratização integral da sociedade, e que a busca da democracia não é só um meio para aglutinar forças para outros fins, mas um fim valioso em si mesmo);

d) Que reconheçamos que as classes sociais não são conjuntos homogêneos estruturados somente na produção, mas agrupamentos diversificados que constituem suas identidades e se diferenciam também no consumo, na vida diária, a propósito de necessidades não redutíveis ao economicismo clássico. Deve-se dizer que, embora nenhum desses pontos se resolva com simples reconhecimentos intelectuais, este último é especialmente complexo, porque exige admitir novas demandas sociais, abrir os partidos, os sindicatos e as práticas políticas tradicionais à existência de movimentos radicais de democratização (as organizações que lutam pelos direitos humanos), reconhecer novos movimentos sociais (de bairros, urbanos, religiosos, culturais, feministas), que expressam reivindicações não atendidas pelas estruturas partidárias.

#### 4. Não haverá mais penas nem esquecimento?

A liberdade de informação e expressão que se recuperou com o regime democrático permitiu múltiplos debates sobre a política cultural: o que se deve fazer com os meios de comunicação de massa, as universidades e a educação primária, com relação ao patrimônio nacional e à questão indígena? Deve-se assinalar que algumas dessas polêmicas ocorreram pela primeira vez ou têm um aspecto renovador. Além disso, estão sendo realizadas experiências valiosas de difusão cultural (sessões de teatro e concertos em bairros populares), de renovação dos meios de comunicação de massa (a programação da Rádio Belgrano, alguns teatros baseados em contos de autores nacionais e a produção cinematográfica, que em 1984, apesar dos desníveis, teve o ano de maior qualidade na história do cinema argentino). Também se desenvolveu o intercâmbio com outros países em campos artísticos e científicos, o que ajuda a superar a desinformação e a desatualização da última década.

Há quem veja nessa abertura de espaços culturais a oportunidade para difundir mensagens proscritas; outros procuram a renovação de seu próprio campo; e alguns, além disso, se interrogam sobre que cultura ou culturas devemos construir. Esta última pergunta é formulada em alguns suplementos e revistas culturais, em mesas-redondas e textos políticos, mas — como dizíamos no início — poucos trabalhos elaboraram propostas sistemáticas. Vamos recolher da reflexão e do debate alguns temas que nos parecem centrais na reconstrução democrática.

Em primeiro lugar, *a descoberta do autoritarismo cotidiano* e suas formas de tradução política. Talvez os mais sensíveis aos hábitos autoritários que permeiam a sociedade argentina sejam os exilados que retornam, especialmente os estudantes, crianças e adolescentes educados em países mais liberais, que se surpreendem diante da "quantidade de decisões que os professores e as autoridades tomam nas relações cotidianas do ensino sem dar a menor explicação aos alunos. Não entendem por que existe uma educação separada para meninos e meninas, em estabelecimentos diferentes"<sup>7</sup>. Outros dizem que devemos encarar seriamente o fato de que cada golpe

**A valorização da democracia em si mesma, algo a perderar**

**A reconstrução democrática obriga a descobrir o autoritarismo cotidiano**

<sup>7</sup> "Autoritaria, la educación en Argentina" (Nota dos correspondentes em Buenos Aires), *Unomásuno*, México, 3/5/1984, p. 14.

militar, além de se afirmar no silêncio que impõe o terror, conte com a cumplicidade de setores convencidos de que "neste país, para arrumar as coisas, é preciso agir com mão de ferro". Alain Rouquié, o principal especialista no militarismo latino-americano, relata sua surpresa ao comprovar que, na história argentina contemporânea, nenhum partido ou sindicato forte se interessou de forma permanente pela defesa e a continuidade da ordem constitucional. Embora exista um acordo bastante amplo entre as forças políticas e sociais sobre como devem ser as estruturas econômicas, a todas interessa mais o triunfo sobre o adversário que a manutenção do sistema a que pertencem. Todos os partidos, quando estão na oposição, conspiram contra o governo, "adulam os militares putschistas, combatem os esforços constitucionais para preservar a frágil legalidade"<sup>8</sup>. Parece que um tema-chave a ser estudado e enfrentado é como se articulam as contribuições de todos os setores para a instabilidade política e a rigidez da educação e do disciplinamento cotidiano.

Um segundo ponto, complementar ao anterior, é a *reconstrução de uma cultura laica e plural*. As Forças Armadas, que tentaram converter-se em depositárias sagradas dos valores nacionais, ficaram bastante desacreditadas quando de sua deplorável "atuação" na guerra das Malvinas. (Deveriam estar tanto ou mais desqualificadas por sua sinistra repressão aos movimentos populares, mas esse desprestígio é compartilhado por um número menor de argentinos.) No entanto, esse papel de possuidor da verdade e custódio da saúde moral é o que setores nacionalistas da direita católica, que são hegemônicos ou têm forte influência em muitas instituições e áreas da sociedade civil, pretendem continuar a desempenhar. Através da censura explícita ou velada, utilizando o ensino privado e estatal para defender "a ordem natural" na vida social (que de fato é uma defesa da desigualdade com resignação e da hipocrisia sexual), estes grupos tratam de se transformar em detentores exclusivos da orientação do espaço cultural e da moral coletiva. A Igreja tem um papel complexo com relação a esta questão, que deve ser encarado no contexto de suas relações ambíguas com a ditadura militar. Por um lado, o Episcopado Argentino condenou os métodos repressivos,

qualificando-os de "pecado", e nas listas dos desaparecidos e assassinados figuram muitos sacerdotes, freiras, seminaristas e até mesmo dois bispos (os monsenhores Angelelli e Ponce de León), vítimas de ataques por seu compromisso social e sua defesa dos direitos humanos. Também se deve assinalar a participação dos bispos Nevares (católico) e Gattinoni (metodista), e do rabino Meyer na Comissão Nacional sobre Desaparecimento de Pessoas. Mas a própria CONADEP recebeu centenas de depoimentos nos quais se mencionam "membros do clero que cometeram ou avalizaram com sua presença, com seu silêncio e até com palavras justificatórias estes mesmos atos que haviam sido condenados pelo Episcopado"<sup>9</sup>. Teria sido conseqüente por parte da Igreja que condenasse esses sacerdotes e bispos, e formulasse claros repúdios públicos à sua conduta, mas isto não ocorreu.

Nesse contexto, a crítica aos setores da Igreja ou ligados a ela que tratam de reger a moral coletiva de forma autoritária e também violenta, apoiando-se nas versões mais conservadoras da doutrina eclesial, não é de modo algum anticlericalismo. A existência dentro do clero de correntes progressistas, inclusive perseguidas por serem solidárias com os movimentos populares, obriga a considerar os diversos significados da presença religiosa na cultura e na política. Quando falamos de laicismo e pluralidade, como diz justamente Carlos Altamirano em um artigo recente, nós nos estamos negando "a conceder a qualquer instituição, doutrina ou autoridade o lugar de guardiã da verdade ou do sentido de nossa existência como coletividade nacional"<sup>10</sup>. O poder das facções integristas que pretendem impor sectariamente sua concepção à vida secular cresceu nos últimos anos e pode ser percebido todos os dias. Um exemplo disto está na inexistência do divórcio e nas frases anacrônicas, nas expressões de incomodidade estampadas no rosto com que quase todos os políticos tratam de fugir do tema a cada vez que são interrogados sobre ele pelos jornalistas. Outra evidência: a liberalização — parcial — do teatro, do cinema e de algumas revistas no primeiro ano após a ditadura levantou vários grupos, quase sempre vinculados à Igreja, que proclamam com fervor inquisitorial palavras-de-ordem em defesa da moral pública, dos valores "tradicionalis"

<sup>9</sup> *Nunca más. Informe de la Comisión Nacional sobre la Desaparición de Personas*, Buenos Aires, Eudeba, 1984, 3.ª ed., p. 9.

<sup>8</sup> Alain Rouquié (org.), *Argentina hoy*, México, Siglo XXI, 1982, p. 16.

**Deve interessar mais a manutenção do sistema de competição política que a eliminação do adversário**

**Construir uma cultura laica e plural**

<sup>10</sup> Carlos Altamirano, "Laicismo", *Punto de Vista*, ano VII, n.º 22, dezembro 1984, p. 1.

e da família. Diante da encenação no Teatro San Martín de Buenos Aires de uma peça de Dario Fo que ironizava as formas arcaicas de fanatismo religioso, várias centenas de militantes de direita hostilizaram diariamente o público, chegando a quebrar os vidros do teatro e a jogar bombas durante uma apresentação; na catedral de Buenos Aires, um bispo condenou do púlpito o diretor italiano e os funcionários que haviam trazido o espetáculo ao país.

Embora se tenha de ressaltar o fato insólito de que o secretário nacional de Cultura, Carlos Gorostiza, seja um dramaturgo de convicções laicas (dado que esses cargos sempre foram ocupados por pessoas ligadas à Igreja), também houve vários conflitos nos quais se avalia a fragilidade dessas convicções em funcionários supostamente progressistas. A encenação, no mesmo teatro oficial, da obra *Galileu Galilei*, de Brecht, foi motivo de tal fúria entre os grupos ultramontanos que o secretário municipal de Cultura de Buenos Aires, Pacho O'Donnell, advertiu o diretor do teatro, Kive Staif, que devia ter mais cuidado com obras que pudessem ofender a Igreja; a revista *Humor* assinalou a curiosidade de que um intelectual exilado na Espanha durante a ditadura se colocasse à direita do diretor do teatro, que havia colaborado com o governo militar no mesmo posto durante os anos de mais severa censura. Em síntese, o que nos parece inquietante é que a Igreja ratifique as tentativas de restaurar as proscricções, mostrando-se mais preocupada em reprovar o divórcio, o aborto e o que lhe parece pornográfico, que em condenar a tortura e os desaparecimentos.

Mas, para chegar ao fundo da questão, e tirar dela qualquer aparência de anticlericalismo, digamos com Altamirano que o laicismo e a pluralidade são também reivindicações necessárias frente a outros setores da sociedade argentina, entre os quais os dois que no passado propiciaram a secularização da cultura: o liberalismo e a esquerda. Grande parte do liberalismo mostrou-se intolerante com a dissidência, muitos de seus porta-vozes justificam a repressão e sobretudo demonstram um sectarismo discriminatório ao "explicar" seu antiperonismo com preconceitos classistas e racistas. Trata-se, em suma, de saber se, diante dos reiterados fracassos do país e de seus grupos dirigentes, somos capa-

zes de renovar nossa cultura política, dando lugar à crítica e à experimentação na reelaboração do projeto nacional, se estamos dispostos a enriquecer a sociedade reconhecendo as diferenças.

Uma das questões mais difíceis da reconstrução democrática é tipicamente um problema cultural: *a reelaboração simbólica do passado*. Pode haver reabilitações materiais, devolução de cargos ou bens perdidos, como está ocorrendo em bem poucos casos. Mas a maior parte dos danos feitos à sociedade só pode receber reparações simbólicas: há mortos e desaparecidos, bens insubstituíveis, feridas difíceis de fechar. Houve também uma ruptura com o passado. Durante dez anos não se pôde falar de certas épocas, sobretudo das recentes, a crianças e jovens que não puderam vivê-las; as escolas, os meios de comunicação, todas as formas possíveis de aprendizagem, lhes ensinaram a ignorar o que podia despertar questionamentos. A análise mais exaustiva feita sobre a cultura desses anos, a pesquisa de Tedesco, Braslavsky e Carciofi, *El proyecto educativo autoritario — Argentina 1976/1982*, diz que a evasão e a baixa qualidade escolar não foram as piores deficiências desse período; a "deterioração pode ser avaliada, fundamentalmente, no campo do que não se ensina". . . "o resultado das políticas aplicadas nos últimos anos pode ser medido melhor pelo que se impediu de aprender que por aquilo que foi efetivamente interiorizado nos alunos"<sup>11</sup>.

Beatriz Sarlo escreveu um artigo singular a partir da pergunta que lhe fizeram em uma mesa-redonda: "Como restabelecer uma continuidade entre as experiências dos últimos dez anos e o presente?" "Se no começo da década de 70 a esquerda e setores do peronismo estavam completamente ocupados pelo futuro, correndo em disparada para frente e, em conseqüência, seguros dos projetos que prediziam o porvir e contribuía, ilusoriamente, para convertê-lo em presente, nos anos 80 (e especialmente hoje) entender o que aconteceu a nós, argentinos, se erige em condição não só da intervenção pública como também da restauração de uma subjetividade destruída"<sup>12</sup>. Chamamos este artigo de singular porque é um dos escassos textos que se animam a dar nome ao drama da memória, colocando o seu problema mais árduo: "como falar da morte?"

## **Estamos dispostos a elaborar um projeto nacional reconhecendo as diferenças?**

<sup>11</sup> Juan Carlos Tedesco, Cecilia Braslavsky, Ricardo Carciofi, *El proyecto educativo autoritario — Argentina 1976-1982*, Buenos Aires, FLACSO, 1983, p. 14.

## **A reelaboração simbólica do passado, ponte para o futuro**

<sup>12</sup> Beatriz Sarlo, "Una alucinación dispersa en agonía". *Punto de Vista*, n.º 21, agosto 1984, p. 1. (Tradução publicada em *Novos Estudos/CEBRAP*, n.º 11).

Como pode um discurso sobre a morte ser escutado da perspectiva da vida? E mais: como se pode suportar um discurso sobre a morte?" Para tratar este tema, em que historicamente se especializam as religiões, o povo argentino recebe hoje, pelas razões citadas, muito pouca ajuda da Igreja. Embora alguns ministros católicos, protestantes e judeus se tenham ocupado da questão, a melhor contribuição foi *Nunca más*, o programa de televisão preparado pela CONADEP sobre os desaparecidos: pelo que se disse, pela maneira como se usou a linguagem televisiva. Depois de vários meses em que a TV e as revistas abusaram de cenas de tortura, exumações de cadáveres e outras truculências, a CONADEP se limitou a mostrar, durante quase toda a hora e meia de duração do programa, os rostos em primeiro plano de uma dezena de vítimas. Os relatos dos torturados, pais, mães e avós de desaparecidos, ao mesmo tempo serenos e doloridos, encontraram o tom médio necessário à verossimilhança e à reflexão. Sem gritos nem ênfases que aturdem, falaram com pudor da experiência de quem passa perto da morte. O programa, diz Sarlo, "propôs um exercício coletivo à sociedade argentina: transformar um pesadelo que talvez todos tenhamos sonhado, mas que só uns poucos queriam ou deviam recordar, ao despertar, em um passado comum que, por mais perturbador que seja, não podemos deixar de lado. Tão importante como apontar os responsáveis era avisar que isto nos havia sucedido. Muito mais eloqüentes que os bu-racos de balas nos muros contra os quais se fuzilava, ou as fossas em que se acumulavam mortos anônimos (imagens pelas quais o programa não optou), eram os rostos daquela dezena dos que haviam sobrevivido e que, vindos da morte, nos traziam seu testemunho. Porque esses olhos, que nos olhavam da tela do televisor, tinham podido contemplar também o limite" <sup>13</sup>. Beatriz Sarlo contrasta este modo de falar da morte com o dos meios de comunicação sensacionalistas e com esta outra forma de estridência que foi a retórica dos *montoneros* ao narrar as mortes de seus militantes, que pareciam sempre morrer "com felicidade, com heroísmo", aceitando o fim "com uma exaltação quase ditosa" <sup>14</sup>.

Em suma, a pergunta sobre como se reencontrar com o passado e elaborá-lo, como falar do que passou sem escondê-lo.

para chegar a fazer alguma coisa com ele, é também a pergunta pela maneira em que vivemos a política. É, além disso, um modo de nos interrogarmos sobre certos traços do "caráter" e da identidade nacional, sobre o modo de nos julgarmos e nos separarmos dos outros.

Dito de outra forma, é o tema da *identidade argentina e a inserção cultural e política do país na América Latina*. Já se transformou em lugar-comum dizer que a Argentina, "a nação mais europeizada do continente, se 'latinoamericanizou' a partir da guerra das Malvinas". Como com todas as frases feitas, é preciso rever até que ponto é certo o que parece mais evidente. Por exemplo, esclarecer desde quando o país deixou de depender principalmente da Europa e entrou na órbita dos Estados Unidos. Também seria interessante estabelecer por quanto tempo e em quantas pessoas durou o "sentimento de solidariedade latino-americana", descoberto quando os países europeus e Washington nos abandonaram na guerra contra os ingleses. É certo que o novo governo empreendeu uma política de intercâmbios econômicos, acordos financeiros e alguns contatos culturais com países latino-americanos, sem precedentes na história diplomática argentina. Também é verdade que a literatura, a música e o cinema latino-americanos têm agora maior ressonância nas grandes cidades do país. Mas grande parte da população, sobretudo na área do Rio da Prata, continua mais interessada pelo que sucede nas metrópoles que nas nações com as quais temos uma história de interesses comuns <sup>15</sup>. Esta indiferença para com o próximo e o semelhante é reforçada por uma sobrestimação, especialmente cultural, que nos deu fama de soberbos: no México, que recebeu solidariamente exilados de quase todos os países latino-americanos, inventaram-se muitas piadas sobre esse traço dos argentinos, como, por exemplo, a definição do ego: "o pequeno argentino que todos carregamos dentro de nós". Não se fizeram brincadeiras semelhantes sobre os uruguaios, os chilenos ou os brasileiros. Ao mesmo tempo, nós, que saímos para o exílio, descobrimos que muito do que acreditávamos ser e saber sobre o mundo era provincianismo cosmopolita, uma concepção municipal da história. Aprendemos que outras formas sociais de organizar a cultura, de se relacionar com o passado e fazer política,

**"Os olhos que nos olhavam da tela do televisor tinham podido contemplar também o limite"**

**"O ego: o pequeno argentino que todos carregamos dentro de nós"**

<sup>15</sup> A rigor, a falta de integração com o continente é um problema maior nos habitantes da Grande Buenos Aires e nas elites intelectuais e políticas. Alguém de Salto, de Tucumán ou de Mendoza nunca duvidaria de que pertence à América Latina. A questão de que a Argentina se identifique com os países vizinhos sobrepõe-se a outra, a necessidade de se reconhecer e dar um lugar adequado na cultura nacional, cujos padrões se estabelecem em Buenos Aires, às culturas regionais.

<sup>13</sup> Idem, p. 2.

<sup>14</sup> Idem, p. 3.

de construir uma sociedade mais estável e mais solidária, podiam ser instrutivas para nós.

Digamos, por último, que se consideramos o trabalho cultural decisivo para a reconstrução democrática, além de lutar contra o autoritarismo ordinário, defender uma ordem laica e plural, reelaborar o passado e inserir-nos plenamente na América Latina, é preciso que esta reorganização da cultura política esteja centrada nas necessidades e nos interesses populares. A pergunta-chave que devemos fazer à nossa cultura não é se respeita algum tipo de verdade revelada (religiosa ou partidária), nem tampouco se serve ao desenvolvimento do nosso grupo ou da nação entendida como potência ou como pacote de tradições embalsamadas: o critério para avaliar nossa cultura passada e o que hoje representa é o que faz no presente com as necessidades das classes populares.

### 5. O terror, a festa e o projeto

Um ano depois do início do atual governo democrático, em 9 de dezembro de 1984, o diário *Clarín* publicou uma entrevista com Enrique Oteiza, especialista argentino no tema do êxodo de cientistas e atual diretor de um instituto de pesquisas sobre o desenvolvimento das Nações Unidas. Ali, fala das causas graças às quais talvez uma décima parte da população (não há cifras exatas) saiu do país nos últimos anos: violência política, escassas oportunidades para o desenvolvimento pessoal, falta de recursos financeiros, de meios para trabalhar, de tolerância, de informação. Refere-se aos artigos e declarações que na imprensa argentina naquelas semanas, quando Milstein recebeu o Prêmio Nobel por suas pesquisas na Grã-Bretanha, lamentavam que ele tivesse sido despedido do centro onde trabalhava em Buenos Aires durante a ditadura de Onganía. "Aqui cobrimos de luto pelo caso Milstein, mas gastamos em ciência e tecnologia uma porcentagem muito menor que a de outros países": "as últimas cifras que vi estavam em torno de 0,6 ou 0,7% do Produto Interno Bruto. E em um nível razoável seriam da ordem de 3 ou 4%. Estamos falando de algo proporcional ao tamanho de nossa economia"<sup>16</sup>.

Mas, como disse Oteiza, não se trata já somente da "hemorragia de cérebros". Se em menos de uma década saíram da

Argentina dois milhões e meio de pessoas, e as cifras relativas aos que regressaram são muito mais baixas que em nações com processos semelhantes — Brasil, Chile —, o problema é que "um país que foi de imigrantes retrocedeu historicamente para se converter em um país de emigrantes". Não se trata só do problema de uma sociedade incapaz de aproveitar para o seu próprio desenvolvimento pessoas que formou, mas do fato de que passamos de um país receptor e integrador de grupos étnicos múltiplos a outro de que os expulsa e dispersa. Alguns autores, entre os quais David Viñas, se perguntam se a aniquilação das etnias indígenas originárias do território nacional, celebrada a cada ano pelo Exército sob a forma do eufemismo "campanha ao deserto", não continha em germe as forças destruidoras que os militares lançaram nos últimos anos contra a população. É uma boa pergunta. Mas não permite que se desentenda o drama, como se se houvesse tratado apenas de uma imensa agressão militar. O Informe da CONADEP diz que amplos setores civis contribuíram com a delação, as perseguições motivadas por vinganças pessoais, a corrupção e os argumentos para justificar os desaparecimentos: "Por alguma razão será", murmurava-se em voz baixa<sup>17</sup>. Somos uma sociedade capaz de superar o terror com algo mais que festas fugazes (o campeonato mundial de futebol, a tentativa de recuperar as Malvinas)? Podemos compartilhar um projeto — realizável — de país, um lugar onde se possa viver?

O jornalista pergunta a Oteiza: "Isto não acontece necessariamente em todo país subdesenvolvido?" Oteiza responde: "Posso assegurar-lhe que não acontece no México nem no Brasil. Isto é obra dos grupos dirigentes argentinos. Aqui há setores que impediram que a sociedade evoluísse em termos políticos e sociais. Formam, como os chamou um amigo, o despotismo desesclarecido".

Última pergunta: "O senhor perdeu a esperança?" "Não, embora o quadro seja duro. Creio que agora há uma possibilidade de fazer coisas que antes não havia. Mas nada além de uma possibilidade."<sup>18</sup>

**Novos Estudos CEBRAP, São Paulo  
n.º 14, pp. 52-61, fev. 86**

Néstor García Canclini é argentino, professor da Escola Nacional de Antropologia e História do México e autor de *A Produção Simbólica*.

**Serve a que a cultura: múmias embalsamadas, verdade revelada, hegemonia de grupos ou às classes populares?**

<sup>17</sup> *Nunca más*, cit., p. 9

<sup>18</sup> *Idem*.

<sup>16</sup> "País de imigrantes, país de emigrantes", *Clarín*, 9/12/1984, pp. 20-21